



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
PRIMEIRA CÂMARA

Processo nº	13558.000454/2001-15
Recurso nº	148.142 Voluntário
Matéria	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL/LL - EX: 1998
Acórdão nº	101-96.102
Sessão de	30 de março de 2007
Recorrente	CHAVES AGRÍCOLA E PASTORIL LTDA.
Recorrida	2ª TURMA/DRJ-SALVADOR - BA.

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO - LIMITAÇÃO NA COMPENSAÇÃO DE BASES NEGATIVAS - ATIVIDADE RURAL - INAPLICABILIDADE - MP 1.991-15/2000, ARTIGO 42 - CARÁTER INTERPRETATIVO - A limitação à compensação de bases negativas de contribuição social não é aplicável à atividade rural, pois o disposto no artigo 42 da Medida Provisória 1.991-15/2000 (atual artigo 41 da MP 2.158/2001) tem caráter manifestamente interpretativo, sendo o seu conceito, por conseguinte, aplicável desde a instituição da própria limitação.

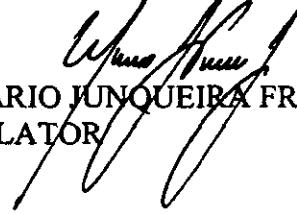
Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por CHAVES AGRÍCOLA E PASTORIL LTDA.

ACORDAM os Membros da PRIMEIRA CÂMARA do PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE, por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Gr *4*


MANOEL ANTONIO GADELHA DIAS
PRESIDENTE


MARIO JUNQUEIRA FRANCO JUNIOR
RELATOR

FORMALIZADO EM: 03 MAI 2007

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros SEBASTIÃO RODRIGUES CABRAL, PAULO ROBERTO CORTEZ, SANDRA MARIA FARONI, VALMIR SANDRI, CAIO MARCOS CÂNDIDO e JOÃO CARLOS DE LIMA JÚNIOR..

Relatório

Trata-se de voluntário em face da decisão da DRJ em Salvador, que manteve a glosa de compensação de bases negativas da CSLL, no montante superior a 30% do lucro líquido ajustado.

Afirma a recorrente em seu apelo que exerce atividade rural, sendo inaplicável a trava a este tipo de atividade, tendo em vista a aplicação à CSLL das mesmas regras de apuração do IRPJ.

Mais ainda, que não há vedação às compensações de bases anteriores a 1995.

Por oportuno, cabe destacar existir exigência de multa isolada no recolhimento de estimativas, sobre a qual a recorrente não se manifestou, nem mesmo na sua impugnação.

É o Relatório.



Voto

Conselheiro MARIO JUNQUEIRA FRANCO JUNIOR, Relator

O recurso é tempestivo e preenche os requisitos de admissibilidade, merecendo ser conhecido.

A matéria ainda em litígio cinge-se à limitação na compensação de bases negativa na atividade rural, haja vista não haver recurso quanto à imposição de multa isolada.

A questão já se encontra pacificada na CSRF.

No acórdão CSRF/01-04.821 assim consignei:

A questão é tormentosa, já tendo provocado grandes discussões nesta Câmara Superior.

Argumentam doutos Conselheiros que seria verdadeira contradição dos princípios norteadores de política fiscal permitir deduções e depreciações integrais na atividade rural para depois travar a compensação da base negativa eventualmente gerada. Concluem, por isso, inaplicável a limitação de compensação à base negativa gerada na atividade rural.

Outros, não menos doutos, afirmam não ser inerente à atividade rural o benefício da compensação integral, sem limitações, ressaltando que somente com a Lei 8.383/91 pode o contribuinte, em qualquer caso, atividade rural ou geral, compensar bases negativas. Concluem, ao reverso da primeira corrente, que somente com a MP 1.991/2000 passou a constar do ordenamento regra a afastar a trava na contribuição social para atividade rural.

No sopeso dos argumentos, tenho para mim que o legislador nunca buscou aplicar tal limitação à compensação de bases negativas geradas na atividade rural como um todo, tanto para o IRPJ quanto para a CSL. Ocorre que lhe faltou legislar sobre esta última e, conforme destacado no próprio apelo especial, não há regra que vincule normas específicas do IRPJ para imediata aplicação à CSL, com exceção das normas de pagamento ou aquelas cuja vinculação esteja expressamente prevista (Lei 8.541/92, artigo 38; Lei 8.981/95, artigo 57 e Lei 9.430/96, artigo 28).

Não obstante, para sanar tal lapso legislativo, buscou fórmula a permitir aplicação retroativa, à luz do artigo 106, I, do CTN, pois a redação do artigo 42 da MP 1.991/2000, ao se referir expressamente ao artigo 16 da Lei 9.065/95, norma esta instituidora da própria limitação, tem caráter manifestamente interpretativo, produzindo efeitos, por conseguinte, desde a edição da norma citada em seu texto.

W/ *Br*

É essa a meu ver a melhor interpretação, pois coaduna e harmoniza os princípios de política fiscal aplicáveis à atividade rural.

Assim sendo, voto por dar provimento ao recurso voluntário.

Sala das Sessões, (DF), em 30 de março de 2007 30 de março de 2007

MARIO JUNQUEIRA FRANCO JUNIOR

OK